

# Programa REVIVE

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE LORVÃO

Daniela Simões (IHA-FCSH-UNL)

### Introdução



**Fig.1-** Vista aérea do mosteiro e Vila de Lorvão.

Fonte: Caderno de encargos REVIVE para este imóvel

O mosteiro de Santa Maria de Lorvão localiza-se na vila de Lorvão, concelho de Penacova, distrito de Coimbra, integrando a antiga região da Beira Litoral. Lorvão é sede de freguesia homónima, sendo uma das oito que compõem o concelho de Penacova. Apresenta uma área de 25,77 km<sup>2</sup> e uma população de 3898 habitantes<sup>1</sup>. A vila é delimitada a noroeste por Figueira de Lorvão, a nordeste por Penacova, a oeste por Coimbra, e a sul por Vila Nova de Poiares. Situa-se numa zona de vale profundo, rodeada de vegetação e de diversos cursos de água, que conferem ao local grande beleza paisagística, bem como características particulares a nível climatérico (microclima). Sita na margem direita do rio Mondego, dista 15 min de Penacova, 30 min de Coimbra, cerca de 2h30 min do Porto e 3h30 min de Lisboa.

O mosteiro de Lorvão localiza-se no largo central da vila, em frente a uma encosta coberta de casario, existindo uma pequena ribeira que separa o antigo complexo monástico do restante povoado. Este cenóbio assume-se como o ex-libris da vila e região, não só pela sua dimensão e antiguidade, mas também pelas relações económicas, sociais, culturais e religiosas que, ao longo de quase mil anos, foi estabelecendo com as populações e povoações vizinhas

---

<sup>1</sup>De acordo com os censos de 2011.

A fundação do mosteiro de Lorvão encontra-se associada à primeira reconquista cristã de Coimbra, em 878, a qual facultou condições para a fixação das primeiras comunidades monásticas cristãs na região. Não obstante a retoma destes territórios pelas forças muçulmanas cerca de um século mais tarde, a comunidade monástica sobreviveu, tendo os monges laurbanenses auxiliado os exércitos cristãos na nova e definitiva reconquista da região coimbrã, em 1064. Na segunda metade do século XI, a comunidade religiosa de Lorvão adoptaria a regra de São Bento, havendo elementos que atestam a prosperidade económica e cultural vivenciada por esta até à entrada no século XIII.

Porém, nos primeiros anos de duzentos, os monges de Lorvão ver-se-iam envolvidos num conflito com o rei D. Sancho I e o Bispado de Coimbra, situação que, em 1206, ditaria o abandono do mosteiro por parte dos beneditinos, passando este a ser ocupado pela primeira comunidade cisterciense feminina em território nacional. Esta mudança seria impulsionada pela própria Coroa, em particular pela filha mais velha de D. Sancho I, D. Teresa, que elegeria Lorvão como local ingresso na vida religiosa. As monjas cistercienses, beneficiando da protecção e empreendedorismo de D. Teresa, tiraram partido da localização geográfica e recursos naturais da região, o que, associado a doações, heranças, e aquisições de património, garantiu a prosperidade económica da comunidade até finais da Idade Média.

As reformas encetadas na Ordem de Cister, na sequência do Concílio de Trento, acabariam por se repercutir na vida do mosteiro de Lorvão. A nova estrutura hierárquica, assente em congregações nacionais, inauguraria um conjunto de alterações na organização e gestão das várias casas monásticas, quer ao nível administrativo, quer da necessidade de actualização das respectivas estruturas arquitectónicas. Assim, durante os séculos XVII e XVIII, assiste-se não só à ampliação dos velhos espaços monasteriais, mas também à redecoreação de estruturas pré-existentes, a fim de adaptá-las aos novos gostos vigentes, desde o tardo-renascimento e maneirismo na transição do século XVI para o XVII, passando pelas primeiras manifestações barrocas a partir da segunda metade de seiscentos, culminando no barroco setecentista joanino, ao qual, em alguns casos, ainda se seguiriam correntes de renovação rocaille e neoclássica.

Todos estes períodos e propostas artísticas se encontram representados no complexo monástico de Lorvão, o qual, a partir de finais do século XVI (1597), seria alvo de um profundo programa de obras que, pela sua duração e vontade renovadora, acabariam por conduzir ao quase total desaparecimento das antigas estruturas medievais. Por conseguinte, ao longo da época moderna, o mosteiro laurbanense, por iniciativa de várias das suas abadessas, alterará significativamente as suas estruturas arquitectónicas, com a remodelação

de áreas vitais como o claustro, igreja, dormitório, sala do capítulo, portaria, hospedaria, entre outras, numa constante vontade de actualização e dignificação dos seus espaços. Este ímpeto renovador seria igualmente favorecido pelo culto popular e posterior beatificação das Santas Rainhas – D. Teresa e D. Sancha –, filhas de D. Sancho I.

O cenóbio chegaria, deste modo, a meados do século XVIII, mantendo a excelente reputação de que granjeava já desde os tempos medievais, afirmando-se como o mosteiro cisterciense feminino mais rico em território nacional, e o segundo no cômputo geral da ordem (apenas ultrapassado por Santa Maria de Alcobaça) (BORGES:2002, 194). Esta conjuntura favorável tornaria a casa laurbanense numa das escolhas mais frequentes por parte das damas da nobreza de todo o reino que pretendiam ingressar a vida religiosa.

O percurso de prosperidade material e reconhecimento espiritual, social e político que haviam marcado a história do mosteiro de Lorvão apenas conheceria uma inflexão a partir das últimas décadas de setecentos, com as restrições à entrada de novos membros nos cenóbios das várias ordens monásticas, impostas pela Coroa. Tais restrições seriam progressivamente reiteradas pelos primeiros governos liberais, colocando os mosteiros numa crescente situação de dificuldade financeira, que o contexto de guerra trazido pelas invasões francesas e subsequente crise económica vieram drasticamente acentuar. Com o decreto de Maio de 1834 oficializou-se a extinção das ordens religiosas em Portugal, encerrando o mosteiro de Lorvão as suas portas em 1887, aquando da morte da sua última freira. A partir daí, o processo de degradação e abandono das estruturas monásticas, sofreu um avanço rápido, para o qual contribuíram inúmeros roubos, pilhagens e actos de vandalismo, que empobrecerem em muito o património da casa laurbanense.

Em 1910, o antigo complexo monástico obteve a classificação de Monumento Nacional pelo novo regime republicano, não obstante o acentuar da sua situação de abandono. Em 1921 seria inaugurado o Museu de Arte de Lorvão, numa tentativa de protecção da já reduzida parcela de objectos artísticos sobreviventes, bem como de revitalização de alguns espaços do complexo que, nas décadas seguintes, havia de conhecer vários usos temporários, como forma de rentabilizar a enorme área então desocupada.

Apenas em meados do século XX uma nova função seria atribuída a este conjunto arquitectónico, com a decisão da instalação de um hospital psiquiátrico em Lorvão, tendo as obras de reconversão ficado a cabo da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), decorrendo fundamentalmente entre 1957 e 1959. Em 1960, o complexo hospitalar foi inaugurado, mantendo-se activo até 2012, ano em que encerrou portas.

Desde esta data o conjunto mantém-se desocupado, situação que, aliada à importância histórica, artística e patrimonial deste imóvel justificou a sua inclusão no Programa REVIVE, com o intuito de se proceder à sua revitalização através da implementação de um estabelecimento hoteleiro de elevada qualidade. A reconversão do mosteiro num espaço de promoção do Turismo “possibilitará a fruição destes espaços esquecidos, evitando assim a sua degradação e conseqüente perda, bem como permitirá devolver o monumento à vila, preservando o seu papel enquanto elemento diferenciador da paisagem” (REVIVE:2018, 13).

O conjunto é actualmente composto por várias construções, a maioria remanescente do antigo cenóbio, mas também outras, mais recentes, edificadas aquando da adaptação a hospital psiquiátrico.

## **O Mosteiro de Santa Maria de Lorvão:**

### **Na época medieval**

No que concerne à arquitectura do mosteiro neste período, a reconstituição da disposição dos vários espaços monásticos, bem como das suas características arquitectónicas fundamentais apresenta-se como tarefa difícil. Tal deve-se não só à ausência de documentação (contratos, plantas, mapas) relacionada com a arquitectura do cenóbio neste período, mas também ao facto de que a quase totalidade das estruturas medievais acabaria por desaparecer com as várias campanhas de obras da época moderna, as quais alterariam profundamente a aparência e espacialidade do mosteiro.

No entanto, a ausência de documentação neste campo parece ser compensada com a significativa quantidade de fontes relativas à gestão do património fundiário da casa de Lorvão nesta época, património este que, ainda que maioritariamente concentrado na região envolvente do cenóbio, compreendia terrenos e propriedades localizadas nos distritos de Coimbra, Aveiro, Viseu e Leiria.

Quanto às estruturas do complexo de Lorvão, seria de crer que estas estivessem, de uma forma genérica, de acordo com os princípios definidos para a arquitectura cisterciense, a partir dos escritos de São Bernardo. De acordo estes, as casas cistercienses deveriam demarcar-se pela simplicidade, austeridade e racionalidade, levando esta vontade de despojamento a uma rejeição, pelo menos inicial, do emprego de pinturas murais, vitrais coloridos, capitéis profusamente trabalhados, entre outras marcas decorativas.

Do antigo mosteiro medieval, apenas alguns elementos foram encontrados e sinalizados, ora em escavações arqueológicas, ora integrando construções do período

moderno. São estes um arco ultrapassado pertencente possivelmente à antiga torre de menagem/defesa do mosteiro (com origem moçárabe), localizado no segundo piso do corpo a nordeste, e integrado na estrutura posteriormente edificada; vários capitéis, impostas e lajes tumulares no claustro principal; e duas janelas e uma porta manuelinas, com molduras de decoração singela localizadas no alçado traseiro do corpo nordeste.

A igreja do mosteiro terá sido a zona mais alterada ao longo dos tempos, nomeadamente com a sua reconstrução integral no século XVIII. Contudo, crê-se que a igreja ao tempo da comunidade beneditina fosse já de três naves, estruturação que terá certamente mantido até às grandes renovações do período barroco.

Quanto à relação do mosteiro com o seu património fundiário, constata-se que este beneficiou de um crescimento ao longo da Idade Média, situação que se ficaria a dever a aquisições e permutas realizadas pelo próprio cenóbio, mas sobretudo a doações e heranças. Uma parte significativa destas teve origem no património pessoal das suas monjas professoras, uma vez que “muito frequentemente, a propriedade dos mosteiros femininos medievais provinha da transferência de bens particulares de mulheres para os cenóbios, no momento em que estas ingressavam nas ordens, ao longo da sua vida ou após a sua morte. (...)” (SANTOS:2002, 46). Acrescente-se ainda neste contexto a forte tradição de doações ao mosteiro, situação que em muito seria impulsionada pelo culto das *Santas Rainhas*.

## **Na época moderna**

As reformas ocorridas no seio da Ordem de Cister ao longo da segunda metade do século XVI, quer no plano administrativo, quer arquitectónico, acabariam invariavelmente por se repercutir no quotidiano da instituição laurbanense. Desde logo com a sua integração na Congregação de Alcobaça, e posterior substituição do regime de abadessado perpétuo pelo trienal. Além da defesa de um modo de vida e observância da regra mais mitigados, assisteu-se, no findar do século XVI e ao longo de todo o XVII, à concepção e aplicação de um profundo plano de beneficiação das casas cistercienses, o qual se alastraria ainda pela primeira metade do século XVIII, abrangendo neste século sobretudo os cenóbios femininos, como o caso de Lorvão demonstra. Estas intervenções englobariam reparações e ampliações de estruturas pré-existentes, mas também edificação de novas, com vista ao acolhimento de um número crescente de professores e a uma actualização estilística dos complexos monásticos.

A primeira abadessa trienal em Lorvão seria eleita apenas em 1603, contudo, o programa de reformas do complexo monástico havia já sido inaugurado anos antes, em 1597,

com a reconstrução do claustro principal. O novo projecto, de traçado anónimo, integra-se designada *Renascença Coimbrã* (BORGES:2000, 474), sendo “um dos primeiros a compreender o novo espírito renascentista de completa fruição do espaço, sem barreiras separadoras entre o perímetro da galerias e o pátio central” (BORGES:2000, 474).

As décadas de 1620 e 1630 seriam fundamentalmente dedicadas à renovação dos espaços ligados à comunicação com o exterior - portaria, locutório, porta do pátio e portal da igreja. A portaria e o locutório, situavam-se no corpo identificável a nordeste, cujo espaço teria sido originalmente ocupado pela torre de menagem medieval, a qual congregava estes mesmos espaços. A nova portaria teria assim, numa primeira fase (1620-30), ficado justaposta à antiga torre medieval, vindo, no entanto, a “absorve-la” aquando do acrescento de um piso superior, durante as obras de construção do novo dormitório na década de 1680. Obras posteriores de beneficiação, já em pleno século XVIII, acentuariam ainda mais esta tendência, sendo hoje praticamente impossível reconhecer quaisquer vestígios desta torre.

Formalmente, o edifício da antiga portaria apresenta-se como um corpo paralelepípedo, de cobertura de duas águas, de três andares, demarcados através de frisos de cantaria e fiadas de janelas em sacada, com emolduramentos em pedra. A nova portaria, teria assim, numa primeira fase (1620-30), ficado justaposta à antiga torre medieval, vindo, no entanto, a “absorve-la” aquando do acrescento de um piso superior, durante as obras de construção do novo dormitório na década de 1680. Obras posteriores de beneficiação, já em pleno século XVIII, acentuariam ainda mais esta tendência, sendo hoje praticamente impossível reconhecer quaisquer vestígios desta torre.

A entrada é antecedida por uma pequena galeria em arco de volta inteira abatido, com cobertura em abóbada de berço e ornamentada com caixotões ao gosto clássico, sendo a porta de acesso coroada com um frontão curvo entrecortado, apresentando ao centro um nicho concheado que alberga uma pequena escultura de vulto de S. Bernardo, patrono da ordem. Abaixo do entablamento, a ladear a porta entrada, encontram-se dois outros nichos, de características semelhantes ao anterior, albergando esculturas de D. Teresa (à esquerda) e de D. Sancha (à direita). O arco de acesso à entrada é completado com o brasão de armas do mosteiro, decorado com as armas de Portugal e Leão e Castela e uma coroa.

Ainda dos decénios de 1620 e 1630 data a reconstrução do muro de separação do complexo monástico e seus terrenos envolventes do restante povoado de Lorvão. Este muro deveria passar junto à ribeira, a qual constituiria, já desde tempos remotos, uma separação “natural” do cenóbio face ao burgo. Desta vedação, cuja reconstrução terá sido terminada por

volta de 1637, apenas segmentos sobreviveram, consequência das várias demolições levadas a cabo pela junta de freguesia de Lorvão nos primeiros anos de novecentos.

Directamente relacionada com estes muros encontra-se a cerca monástica, composta por diferentes tipologias de terrenos destinados a hortas, pomares, jardins, vinhas, cultivo de cereais e construção de estruturas de apoio como moinhos, celeiros, lagares, entre outras. No que concerne à cerca do cenóbio laurbanense, vária é a documentação que demonstra que esta se estendia por “três encostas distintas – a do Zimbelo, para nascente, a da Moita, a sul do dormitório, e a do Vale de Fora, para norte -, englobando dois riachos, o da Vidigueira e o da Moita. Formavam três cercas praticamente independentes, embora não completamente isoladas entre si: a da clausura monjas, também chamada *do refeitório*, a da noviciaria e a do Vale de Fora” (BORGES:2002, 337).

As capelas devocionais assumiam-se como uma peça fundamental das cercas monásticas, encontrando-se “dispostas em locais proeminentes do terreno e conjugadas com os caminhos que até elas se desenrolavam (...)” (BORGES:2002, 348). Na antiga cerca laurbanense foram identificadas cinco capelas dedicadas respectivamente a Santo António, Santa Rosália, Santa Bárbara, Senhora do Monte Alto e Padre Eterno. Apenas a primeira chegaria até à actualidade, apresentando as suas estruturas várias alterações face ao seu traçado original. A construção deverá datar do início do século XVII, tendo sido alvo de várias campanhas de obras posteriores. A escultura de vulto em madeira de Santo António que esta capela albergava encontra-se hoje num dos altares da igreja, devendo datar da primeira metade de seiscentos.

Todavia, a maior empresa levada a cabo no século XVII no cenóbio laurbanense seria a construção do novo dormitório, reformando e ampliando assim toda a ala oeste do mosteiro, tornando-se este novo corpo no maior e mais imponente de todo o complexo. Orientado de nascente para poente, demarca-se pelo seu carácter longitudinal, em que linhas horizontais simples, ritmadas pela colocação de janelas e elementos decorativos de grande sobriedade, proporcionam grade equilíbrio ao conjunto.

A edificação do novo dormitório, para além de permitir albergar um número superior de religiosas, permitia também satisfazer as novas directrizes de salubridade, através de corredores e divisões amplas, arejadas e bem iluminadas. Estruturalmente, o edifício é composto por três pisos, os quais se dividem genericamente em grandes salas distribuídas paralelamente ao longo de compridas secções de corredores, por sua vez delimitados por alas perpendiculares, semelhantes a transeptos não salientes (BORGES:2002, 322). Estes

“transeptos” albergam ora escadarias de ligação entre pisos, ora galerias de comunicação entre os alçados principal e traseiro do dormitório (ao nível do piso térreo).

Do ponto de vista construtivo, um dos aspectos mais imponentes do conjunto é a opção pelo emprego de abóbadas de berço nos corredores, sendo as do primeiro e segundo pisos edificadas em tijolo, com uso exclusivo de pedra no tramo resultante do cruzamento das galerias com os “transeptos”. Nestas intersecções, a abóbada assume um formato de aresta, apresentando uma decoração em florão, donde pendem as suspensões de iluminação. Já a abóbada do piso térreo é integralmente construída em pedra, como forma de sustentar os pisos superiores, apresentando igualmente o formato de aresta nos respectivos cruzamentos. Quanto à autoria do traçado arquitectónico, apenas se sabe que o mestre responsável pela execução da obra foi João Salvado, nome que aparece por diversas vezes na documentação relativa às obras do novo dormitório.

A edificação do novo dormitório levou a que o mosteiro passasse a contar com um novo claustro, mais pequeno, recebendo, por isso, a designação de *claustrinho* ou *claustrim*. Adossado ao alçado sul do dormitório, os dois espaços comunicam por via de uma escadaria cujo lanço inferior desemboca na quadra norte. Esta segunda estrutura claustral fornecia também uma ligação à igreja (adossada à ala este do claustrim), e contava originalmente com 11 capelas devocionais (BORGES:2002, 348) de que quase não restam registos.

Formalmente apresenta apenas um piso, com três arcadas de volta inteira em cada ala assentes em finas colunas toscanas. Apenas a segunda arcada, por ser aberta, permite o acesso ao pátio central, que deveria albergar um tanque ou chafariz de menores dimensões, hoje desaparecido. Intervenções posteriores aparelharam os espaços outrora preenchidos por capelas, bem como revestiram de cimento da parte central do claustro, o que em muito prejudica a sua apreciação.

O ciclo de renovações continuou pelo século XVIII com a reconstrução da noviciaria do mosteiro, iniciada em 1728 e terminada em 1734, bem como das hospedarias, destinadas a albergar visitantes e viajantes leigos e religiosos. As hospedarias situavam-se fora da cerca do mosteiro, já na envolvência do burgo, a fim de garantir a necessária clausura das monjas. Da noviciaria e hospedarias nada restou, devendo, no entanto, salientar-se a sobrevivência de um outro espaço de alojamento, a designada casa dos padres e hospedaria (1700-01), residência “dos padres confessor, capelão e feitor, com o pessoal que estava destinado ao seu serviço, bem como local de hospedagem de algumas personalidades que passaram por Lorvão” (BORGES:2002, 359).



Por último, e no que concerne à igreja do mosteiro, a complexidade da evolução das suas estruturas arquitectónicas e decorativas, bem como do respectivo recheio artístico impedem aqui uma abordagem pormenorizada e diacrónica das transformações nela ocorridas. Para o presente texto importa sobretudo realçar a derradeira campanha de reconstrução levada a cabo entre o segundo e o terceiro quartéis do século XVIII e que encerram assim o ciclo de renovações iniciado em finais do século XVI.

### **Na época contemporânea**

O período das invasões francesas (1807-1811) vem confirmar as primeiras dificuldades financeiras da casa laurbanense, as quais nestes anos eram já comuns à generalidade dos cenóbios do reino e que o clima de guerra e devastação trazido pelas invasões francesas, seguido da grave crise económica e dominação política inglesa e, por último, das políticas anti-clericais saídas revolução liberal de 1820 viriam ainda mais acentuar. A partir de 1820, sucessivas medidas com vista ao agravamento das tributações monásticas e ao impedimento de entrada de noviços seriam aprovadas pelo novo regime liberal, culminando, em Maio de 1834, com a lei da extinção das ordens religiosas, cujo grande mentor seria o então ministro da justiça, Joaquim António de Aguiar.

Esta directiva determinou a extinção imediata de todas as casas monásticas masculinas, com a expulsão dos religiosos e incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, ficando, deste modo, a acção destas instituições restringida à actividade paroquial. No caso das casas femininas, apesar da nacionalização do respectivo património, cujo processo de legislação seria apenas oficialmente regulamentado em 1862, as comunidades monásticas puderam continuar a habitar os espaços até à morte da última freira, a qual, em Lorvão, ocorreria em 1887, com o falecimento de D. Luísa Madalena Tudela.

A partir desse ano o complexo monástico integraria o património da Junta de Freguesia de Lorvão, passando a igreja a desempenhar exclusivamente funções paroquiais. Desocupado e sem função à vista, as estruturas monásticas entraram num acelerado processo de degradação, acompanhado de uma forte delapidação do seu património artístico, consequência dos furtos, pilhagens, desvios e vendas a privados que levariam ao desaparecimento da maior (e melhor) parte dos objectos do acervo laurbanense.

“As casas que outrora eram pertença do mosteiro acabaram por ser vendidas a particulares que as demoliram para aí edificarem novas casas, ou então alteraram-nas por completo. Sem qualquer tipo de manutenção, o alçado sul rapidamente se torna em ruína, tal

como a cerca, os claustros e a noviciaria, o edifício degrada-se rapidamente, sendo urgente reconhecer o mosteiro de Lorvão como monumento e protegê-lo antes que se perdesse por completo. Esse reconhecimento é alcançado em 1910 e o mosteiro de Lorvão figura na primeira lista de Monumentos Nacionais” (CML:2015, 13). Em 1919 dar-se-ia início à demolição parcial do antigo muro da cerca, diluindo assim a fronteira existente durante séculos entre o mosteiro e o burgo, dando origem a uma nova configuração da vila.

Nos anos 30, a DGEMN realizaria um conjunto de intervenções com vista ao restauro e reconstrução de algumas partes estruturais da igreja (telhados, pavimentos, janelas), sendo ainda realizadas obras no corpo nordeste com vista à sua adaptação a residência paroquial e, mais tarde, a estação de correios. No entanto, a grande campanha obras nos antigos espaços monásticos apenas teria lugar aquando da decisão, por iniciativa do Professor Fernando Bissaya Barreto, da instalação em Lorvão de um hospital psiquiátrico. Procedeu-se ao realojamento das famílias que aí habitavam clandestinamente, iniciando a DGEMN, em 1957, as obras de requalificação de todo o complexo, sendo o hospital inaugurado em 1960. As obras continuariam até 1971, altura em que foram terminados os novos edifícios a sudoeste, destinados a lavandarias e outras dependências utilitárias do hospital.

O desaparecimento de vários edifícios que outrora integravam a planta do cenóbio, bem como a construção de novas estruturas, algumas no seu antigo lugar, condicionam assim uma possível reconstituição da arquitectura monástica de Lorvão. Porém, os espaços sobreviventes permitem retirar importantes conclusões acerca das marcas arquitectónicas dominantes. Desde logo constata-se a percepção articulada do espaço interior através da leitura dos alçados, sendo os vários pisos identificados quer pela presença de fiadas de janelas, quer pela inclusão de frisos e cornijas.

Tais elementos ajudam a enfatizar o predomínio da horizontalidade na concepção dos volumes arquitectónicos, de que o dormitório seiscentista constitui o melhor exemplo. Todas estas janelas apresentam grades de ferro pintadas, as quais reiteram a função de clausura deste complexo. A sobriedade na decoração reflecte a prevalência da herança chã na preferência por volumes simples, coberturas de duas ou quatro águas e recurso à caiação, mas também uma depuração fruto de um entendimento da racionalidade do classicismo, igualmente visível na aplicação estratégica de elementos decorativos em portais e janelas.

Ao dormitório seiscentista foram, durante a segunda metade do século XX, acrescentados ao alçado sul mais três corpos, dois deles perpendiculares e outro paralelo a este. Estas construções evocam a linguagem arquitectónica do edifício principal -paredes portantes de alvenaria de granito caiadas, delimitação dos pisos através de um friso em

granito, e janelas de sacada com molduras de cantaria e grades de ferro. “Os cunhais encontram-se marcados por um sistema de pilastras colossais assentes num embasamento, No topo das respectivas fachadas surgem ainda pináculos decorativos” (REVIVE:2018, 17). Os alçados voltados para o interior apresentam um tratamento mais simples, mantendo, no entanto, o ritmo das fenestrações e as molduras em cantaria.

## **Considerações finais**

Como elementos notáveis do conjunto que, pelo seu valor artístico e patrimonial devem ser mantidos e recuperados, salientam-se, ao nível do exterior, no edifício do dormitório e nos três corpos anexados a sul, os trabalhos de cantaria patentes nas molduras das janelas, cunhais e pilastras com terminação em pináculo. No interior, ressalva para as galerias centrais abobadadas, eixo central da espacialidade dos vários pisos. Outro espaço a preservar será o claustro, com o restauro dos elementos em cantaria de granito, capelas laterais com restos de pintura mural e azulejos que ainda ali subsistem. Por último, a capela de Santo António será outro espaço a salvaguardar.

Por conseguinte, os respectivos níveis de protecção apresentam a seguinte disposição: o nível I (protecção máxima) abrange o claustro e a capela de Santo António; o nível II (protecção parcial) engloba o edifício principal “à excepção do claustro e da central térmica, [e] inclui também uma parte da área exterior, nomeadamente a zona de entrada e da mata” (REVIVE:2018, 23); o nível III (sem protecção) abarca os edifícios de apoio, à excepção dos dois adossados à encosta nascente, incluindo também a área exterior que envolve a parte complexo arquitectónico que integra o programa REVIVE, nomeadamente a zona do campo de jogos e da piscina; nível IV (demolição) abrange a zona da central eléctrica e as duas construções situadas na encosta nascente.

## **Bibliografia**

### **Obras publicadas**

A:A.V.V., *O Mosteiro de Lorvão. Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº99. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Março de 1960

AZEVEDO, Ruy de, *O Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*. Separata do Arquivo Histórico de Portugal. Lisboa: Bertrand, Irmãos, 1933

CASTELLO BRANCO, Teresa M. S. de, *Estudos sobre o Lorvão I – As abadessas medievais de Lorvão. Cronologia e esboço de identificação*. Separata das Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica-Lisboa 1986. Lisboa, 1990

BORGES, Nelson Correia, *O Mosteiro de Lorvão*. Coimbra: EPARTUR, 1977

\_\_\_\_\_, *As capelas do claustro do Lorvão: percurso devocional e artístico*. In *Cister: Espaços, Territórios e Paisagens. Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça, volume II*. Lisboa: Ministério da Cultura, IPPAR, 2000

\_\_\_\_\_, *Arte Monástica em Lorvão: Sombras e Realidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002

\_\_\_\_\_, *O programa iconográfico do coro do Mosteiro de Lorvão In Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII. Colóquio, 23-27 Novembro 1994, Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR, 2000, pp. 253-290

\_\_\_\_\_, *Os túmulos de prata das Santas Rainhas de Lorvão In Oceanos*, nº43, Jul-Set 2000, pp. 134-144

\_\_\_\_\_, *A Senhora da Boa Morte em Lorvão: notas de arte, história e antropologia cultural*. Lousã: Associação Pró-Defesa do Mosteiro em Lorvão, 2004

CASTRO, Augusto Mendes Simões, de, *O Mosteiro de Lorvão e as Invasões Francesas In Separata de O Instituto*, vol. LXXIII, nº5, 1926

CONDE, Manuel Bispo, *Os Mosteiros de Lorvão e de Santa Clara e o Templo da Sé Velha*. Coimbra: Tipografia do Seminário, 1893

FRANCO, José Eduardo (dir.) *O Esplendor da Austeridade: Mil anos de empreendedorismo das ordens e congregações em Portugal: Arte, cultura e solidariedade*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2011

GOMES, Saúl António, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal nos século XV e XVI*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPPAR, 1998

GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Para a História de Museus Locais em Portugal: A propósito da criação do Museu do Lorvão*, Nº5. Lisboa: IPPAR, nº5, Lisboa, 1984

GUSMÃO, Artur Nobre, *Mosteiros de Cister na época moderna In Separata da revista Lusíada*, vol. III, nº10, Porto, 1957

HERCULANO, Alexandre, *As freiras de Lorvão (1853) In Opúsculos, Tomo I: Questões Públicas*. Lisboa: Editorial Presença, 1984 [1873]

JORGE, Virgolino Ferreira, *Mosteiros cistercienses femininos em Portugal. Notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas. In Separata da Revista Cistercívica*, Año LI, Outubro-Diciembre 1999, nº217

\_\_\_\_\_, *Mosteiros cistercienses femininos em Portugal*. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, série IV, nº94, 2ºtomo, 2000

MARQUES, José, *Os mosteiros cistercienses nos finais do século XVIII – IX centenário do nascimento de S. Bernardo*. Encontros de Alcobaça e simpósio de Lisboa – Separata. Braga, 1991

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *Inocência III e a passagem do Mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister In Separata da Revista Portuguesa de História*, tomo XVIII. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de História Económica e Social, 1980

\_\_\_\_\_, *Um mosteiro e um lugar: Lorvão nos finais do século XIII. Comemoração do VII centenário do foral do Lorvão*. Estudos Lorvanenses 1. Lousã: Tipografia Lousanense, Lda., 2004

MARTINS, Ana Maria Tavares, *Os Mosteiros Cistercienses na região das Beiras – um percurso entre a Arquitectura e a História*. Viseu: Quartzo Editora, 2012

MOTA, Guilhermina, *Os trabalhos e os dias em terras de Lorvão nos inícios do século XX* In Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo 47, 2016, pp. 399- 415

PIEL, Joseph M., *Sobre as origens do Mosteiro do Lorvão* In Separata de *Biblos*, nºLVII, Coimbra, 1981

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *A intervenção das monjas na gestão dos bens terrenos (Lorvão – século XIV)*. In *Cister: Espaços, Territórios e Paisagens. Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça, volume I*. Lisboa: Ministério da Cultura, IPPAR, 2000

\_\_\_\_\_, *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002

SERRÃO, Maria Isabel dos Santos Magalhães Costa, *Lorvão: Senhorio eclesiástico e comunidade rural na 2ª metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1987

VELOSO, Maria Teresa Nobre, *A presença da Bíblia nos documentos do “Livro Preto” da Sé de Coimbra* In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol.2, 2006, pp.233-246

## **Em linha**

*Área de Reabilitação Urbana de Lorvão*, Câmara Municipal de Penacova, 2015 [www.cm-penacova.pt/assets/public/images/.../ARU%20Lorvão%20-%20Projeto.pdf]

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70694/>

<http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/mosteiro-lorvao>

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)